O cotidiano do campesinato pelas representações zodiacais em Livros de Horas

Marcos Jorge dos Santos Pinheiro[1]

Resumo: Este breve trabalho intenta abordar, ainda que – devido à curta extensão – sem tantos pormenores, a "autorrepresentação" baixomedieval presente no *Livro de Horas, Uso de Roma* (1510), proveniente da França, provavelmente de Lyon, em adição de importantes iluminuras do *Très Riches Heures du Duc de Berry* (c. 1412-1416). Para tal, não faz-se útil a restrição singular aos aspectos sociais, como a rotineira cultura agrícola, mas às mitologias regentes no imaginário do homem medieval, de modo que tanto o fazer social (práticas) quanto os domínios da cultura (representações) se colidem inúmeras vezes no panorama do Medievo. Visando entender a motivação dessas representações campesinas e como se deram, fazem-se profícuos os instrumentos provindos de uma historiografia cultural e iconográfica, além de pensadores centromedievais, como Hugo de São Vítor (1096-1141).
Palavras-chave: Livro de Horas; Imagem; Camponês.

The daily life of the peasantry through the zodiac representations in books of hours

Abstract: This brief work intends to approach, though without much details, due the short extension, the Late Medieval auto-representation presented in the *Book of Hours, Use of Rome* (1510), from France, likely in Lyon, comparing it with certain ilumminations of the *Très Riches Heures du Duc de Berry* (c. 1412-1416). In reference not only to social aspects, as the routine of the farming culture, but also the mythologies towards the medieval man, in such way that both the social doing (practices) and the cultural domains (representations) collide countless times in the medieval panorama. Aiming to understand the motivation of these peasant representations and how it happened, it'll be useful the instruments from an iconographic and cultural historiography, as well as thinkers from the High Middle Ages, such as Hugh of Saint-Victor (1096-1141).

Keywords: Book of Hours; Image; Peasant.

[1] Graduando em História na Universidade Federal do Maranhão. Contato: Av. dos Portugueses, 1966 - Cidade Universitária, Bloco 5 Sala 5 Térreo Centro de Ciências Humanas. Centro Novo do Maranhão, São Luís - MA. E-mail: marcosjpinheiro@outlook.com

Introdução

Há meios vários e distintos pelos quais é possível a compreensão de aspectos uma sociedade, de sua cultura, costumes e da psicologia coletiva que a rege. Dado que o papel da História é a compreensão de um período e tempo que não o nosso, este ofício é simbolizado pela alteridade. E, como já afirmara Jérôme Baschet (2006), a sociedade medieval é a nossa anti-sociedade. Por isso mesmo, o processo para apreendê-la é um trabalho contínuo de alteridade – para tal, é crucial a utilização de todos os meios possíveis: documentos escritos, textos escritos de falas orais, poesias, mudanças climáticas, arqueologia e o que aqui é viável: a imagem.

Especificamente, optou-se aqui por trabalhar com as iluminuras do calendário do *Livro de Horas, Uso de Roma* [1510] e duas iconografias do *Très Riches Heures du Duc de Berry* [c. 1412-1416], de modo a se fazer uma breve comparação ao fim. Analisando tais imagens, busca-se, ainda que em caracteres parciais, entender um pouco da representação produzida por camadas mais privilegiadas da sociedade medieval, acerca do terceiro estado – os servos –, ou seja, o porquê de representá-los, como o fizeram, o que distingue as diversas representações deles, etc. – por isso, utilizo dois exemplares de livros de horas. Um dos meios para compreender essa representação vem de um próprio intelectual centromedieval, Hugo de São Vítor [1096-1141], no sentido de ser um inaugurador da perspectiva clerical que vê o trabalho manual como receptáculo de também grande valor – acompanhando as artes liberais como o segundo lugar deste páreo.

Apesar da quantidade alta de fontes pelas quais podemos apreender certos feitios do Medievo, o fato de que o principal expoente destes textos são os provindos da camada dos *oratores*[2] acaba sendo um fator que tolhe a possibilidade de entender as distintas cosmovisões medievais. Ou seja, é condição *sine qua non* que, ao analisar quaisquer tipos de fontes primárias, textuais ou imagéticas, deve-se ter em mente que, quando esta fonte entra em contato com os *ordos* laicos, sejam os *bellatores*, sejam os *laboratores*, notar que o clero, em geral, deseja passar uma visão de mundo sua para os laicos, ainda que, ao mesmo tempo, seja influenciada por eles, por uma espécie de Cultura Intermediária (FRANCO JÚNIOR, 1996, p. 31-44). Sendo assim, é possível – e necessária – a empreitada de compreender as camadas laborais pelas representações clérico-nobiliárquicas deles. Não só, mas inclusive as

[2] Em linhas simples: *oratores* são os membros do clero; *bellatores* são os nobres; e *laboratores* são o terceiro estado.

representações destes estamentos de si mesmas. A justificativa do documento que cá será trabalhado se perfaz pela necessidade de abranger todo tipo de documento humano, ao modo do *ogro historiador* de Bloch[3]. Em suma,

> História Material ou História da Cultura Material não pode ser uma História feita a partir de fontes materiais, mediante a utilização apenas de documentos físicos. O risco de empobrecimento e deformação fica patente. Não pode ser a história de artefatos ou de contextos materiais — sua produção, circulação, usos, etc. Para ser História, precisaria ser História da *sociedade*. Como as sociedades, seu funcionamento e suas transformações constituem problema da maior complexidade, é que se torna necessário estabelecer cortes e enfoques para dar conta de aspectos relevantes, articulados ao todo social (MENESES, 2003, p. 26).

Destarte, atino severamente à importância que a imagem possui nos estudos de História, principalmente a medieval, pois se configura dentro de uma sociedade de raízes culturais imagéticas. Não obstante, faz-se inviável aqui uma História da Arte ou uma História das Imagens apartada do "social" que a compõe. Buscando uma via de caráter um tanto mais abrangente, "deve-se interrogar a percepção do potencial cognitivo da imagem" (FRÓES, 2013), ou seja, sem perscrutar, nem que seja por alto, a relação do Medievo com as imagens, não será possível compreender tal época em uma perspectiva macro, quiçá nem em seus pertencentes detalhes.

Idade média, idade do livro (e da voz)

A *media tempestas*[4], longe de ser um período sombrio de desvinculação da humanidade com o pensamento crítico e racional, em vias contrárias, em muito foi um prolongamento e reconhecimento do saber clássico greco-romano. A *auctoritas* dos escritores que vão desde antes da Era Comum, até a Primeira Idade Média (IV-VII), são, certamente, depois dos textos bíblicos, as principais fontes de embasamento argumentativo dos teólogos, retóricos e filósofos medievais. Tanto pensadores não-cristãos como Platão [c. 428-347 a.C.], Aristóteles [384-322 a.C.], Cícero [106-43 a.C.], Virgílio [70 a.C.-18 d.C.] e Quintiliano [35-95], como os já cristianizados, como Santo Agostinho [354-430], São Jerônimo [345-420], Boécio [480-524] e

[3] Em quaisquer sinais de presença humana na História o historiador deve se ater, afim de compreender os diferentes matizes que compõem o seu objeto de estudo: "Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça". Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do historiador*.
[4] Termo cunhado pelo bispo Giovanni Andrea em 1469 para designar o "tempo médio", ou mesmo "flagelo", "ruína". Apropriações de termos como este pelos iluministas foi o gerador do mito da Idade Média como um tempo trevoso. Cf. FRANCO JÚNIOR, H. *A Idade Média*: nascimento do Ocidente. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Isidoro de Sevilha [560-636], são autoridades excepcionais da cultura intelectual medieval, não só no período no qual a educação era repassada em um relacionamento do mestre com poucos e selecionados discípulos, mas principalmente, a partir de meados do século XI, com o advento das Universidades, em que a carreira do intelectual (seja de um filósofo, teólogo, médico, etc.) se compunha de suas argumentações e comentários constantemente abalizados pelas citações às autoridades. Alain de Lille, para tomar um exemplo da época, afirmava de modo tenaz que a autoridade possui um nariz de cera que pode ser deformado em todos os sentidos, referindo-se provavelmente à desenvoltura das autoridades em distintas perspectivas, sendo necessária a razão, ou seja, uma boa interpretação, para guiar a plasticidade presente nas obras em direção àquele tempo em questão, e, em última instância, à Verdade (GROSSI, 2014, p. 200).

A manutenção destes escritos de grandes autores se deu pelo trabalho incansável dos monges em seus mosteiros (ou monastérios), reduto à parte, ainda que mantedores da civilização ocidental e, consequentemente, da cristandade. Na Primeira e Alta Idade Média, o movimento monástico ganha sua força e condensação.

A título de exemplo, Cesário, bispo de Arles, criou em 512 um mosteiro feminino (para sua irmã e outras duzentas monjas). Cassiodoro [490-580] "funda um monastério no Sul da Itália, o qual busca ser, sobretudo, um lugar de cultura, consagrado à preservação da retórica e da gramatica latinas e à difusão da literatura cristã" (BASCHET, 2006, p. 66). A integração do monasticismo à figura de São Bento e sua *Regra do senhor* acaba sendo o fator que define e unifica o monaquismo medieval. Além da conceituação ideológica do sentido monástico, o processo de doações aristocráticas – no sentido de presentes envoltos à *caritas*, não obrigações interesseiras – e a não-reprodução sexual do estamento clerical, fazia com que estes acabassem por desenvolver riquezas significativas, ao modo do grande expoente de Cluny. Como embasa Jérôme Baschet (2006, p. 66), "o conjunto desses estabelecimentos, geralmente fundados em lugares isolados, permite ao cristianismo fincar pé nos campos: ao lado da rede urbana dos bispos, existe agora uma plantação rural de fundações monásticas".

Os clérigos eram os que exerciam mandos e desmandos na letra, escrita, manutenção e transmissão da palavra divina, e as cópias se faziam nos respectivos *scriptoria* de cada mosteiro (BASCHET, 2006, p. 181). Em cada um destes mosteiros ao longo do continente europeu, então, existia uma "ilha de civilização", com uma infinitude de textos cujas autoridades eram sem igual para a ampliação dos saberes medievais. E o livro, neste período, era uma peça valiosa, pois designava uma função especialíssima para o local onde ele era mantido, quase como uma peça decorativa de valor inestimável.

Com o crescimento exógeno das civilizações feudais no século XI, face à Reforma Pontifical e Ideologia do Milênio, a escrita transformou-se e diversificou-se de maneira surpreendente e exponencial:

> A produção de manuscritos aumenta de modo considerável: na Franca do Norte, ela é quadruplicada entre o século XI e o século XII, e ainda dobra durante o século XIII, época em que essa atividade é partilhada por ateliês laicos urbanos, que utilizam métodos de copia em serie, aumentando o ritmo de produção e diminuindo sensivelmente o preço dos livros (BASCHET, 2006, p. 181-182).

Tal processo culminou, inclusive, nas escrituras laicas advindas da cultura oral, visto que nem os nobres tinham fácil acesso às mecânicas de leitura-escrita. Poesias e canções de gesta, por exemplo, tão comuns nas cortes aristocráticas, e sem origem e autoria definida, passaram à cultura escrita e, com isso, desenvolveu-se o processo de sincretismo das culturas clericais (*litterati*) e nobiliárquicas (*illitterati*), processo no qual a camada servil, apesar de produtora de valores de mundo, pouco integrou-se pela falta de meios. Em todo caso, apesar de que, nos idos dos séculos XI a XIII, a laicidade urbana já adquirir uma semialfabetização, a cultura medieval ainda se caracteriza pelo costume fortemente oralizado em detrimento da letra (BASCHET, 2006, p. 182), e o livro ainda era uma demonstração de privilégio entre afortunados. Demonstra-o Paul Zumthor quando afirma que

> globalmente, a escritura aparece assim, na civilização medieval, como uma dessas instituições em que uma comunidade pode, de fato, reconhecer-se, mas em que não pode, no pleno sentido da palavra, comunicar-se. O valor de uso da escrita se reduz na medida em que o manuscrito não pode ser um meio de difusão massivo. Prova-o — levando-se em conta as prováveis perdas acidentais — o escasso número de cópias remanescentes de textos que, às vezes, eram os mais ilustres de seu tempo. A escritura constitui um a ordem particular da realidade; exige a intervenção de intérpretes (no duplo sentido da palavra) autorizados. Antes da mediação destes, só é virtualidade, apelo ao investimento de outros valores. Sem essa mediação, ela resiste, opacifica, obstrui, como uma coisa (ZUMTHOR, 2001, p. 110).

O livro de horas se consolida, então, em um período, por assim dizer, mediano. Sua difusão é vigorosa, de fato – superando a Bíblia. Mas ainda não era possível veicular a disponibilização de exemplares livrescos em uma velocidade notoriamente massiva antes de falarmos do surgimento da imprensa, por exemplo. Por isso, como se abordará também mais abaixo, o livro de horas ainda é menos um utensílio de consulta diária que um objeto de esplendor nobiliárquico.

Mesmo quando a escrita se populariza mais no meio urbano, por volta de 1200, e se seculariza, adquirindo diversas facetas (notarial, comercial e jurídica), ela acaba se duplicando em "dois modelos gráficos, o cursivo, usual, prático, adaptado à circulação intensificada das mensagens utilitárias, e a escritura dos livros" (ZUMTHOR, 2001, p. 112). E, de novo com a palavra, Zumthor encabeça:

> Mesmo laicizado, o livro, por esse viés, conserva durante muito tempo seu elevado valor simbólico. É pouco provável que os príncipes do século XV tenham considerado simples objetos de uso os magníficos livros de horas que mandaram copiar: estes não eram também, primeiramente, signos de seu poder? Luxuosos manuscritos musicais, depositados como joias no tesouro dos duques de Borgonha, dali não saíram mais até que os modernos arquivistas os redescobriram (ZUMTHOR, 2001, p. 112).

Com isso em mente, para nos atermos ao valor e relação que o livro tinha para com o homem, fica esclarecido que a divulgação e apropriação do material escrito ocorre mais como objeto de valor do que útil (para pesquisa, por exemplo) em si.

Lateralmente, cabe lembrar que o meio de difusão oral que perdurou na Idade Média era não só o mais comum à nobreza para transferência de saberes, mas praticamente o único possível para a circulação das criações retórico-poéticas eruditas entre a camada servil, ou seja, um dos poucos meios em que ela adentrava e poderia vir a influenciar, em termos, a cultura proveniente da elite, por meio da Cultura Intermediária – já que não é o caso de certos indivíduos poderem fazê-lo por movimentarem-se entre as culturas popular e erudita, senão que estas culturas possuem áreas cinzas de contato em si mesmas (FRANCO JÚNIOR, 1996). Isto posto, é viável averiguar outro elemento crucial – presente em livros de horas e na circulação retórico-cultural em geral –, para aquela sociedade, cuja pedagogia tinha de voltar-se a outro elemento nevrálgico: a imagem.

Idade média, idade da imagem

A imagem medieval é um conceito que abrange não somente as imagens como feitos artísticos compreendidos em uma História da Arte, mas incluindo sentidos do próprio termo *imago*, que remete não só "aos objetos figurados (retábulos, esculturas, vitrais, miniaturas, etc.), mas também às 'imagens' da linguagem, metáforas, alegorias, *similitudines*, das obras literárias ou da pregação" (SCHMITT, 2002, p. 593). Além do mais, o *imago* referia-se à imaginação (*imaginatio*), que eram as "imagens mentais" que permeavam a mentalidade coletiva, dado que

contatavam as imagens materiais, e ambas não diferenciavam-se como ilusórias x verdadeiras, senão que, segundo o conceito de veracidade do período, as figuras que remetem-se à Verdade religiosa se caracterizavam como sendo reais, de forma que mesmo o mental é real.

Jean-Claude Schmitt destaca que a cultura medieval se constitui fortemente sobre a noção de *imago*, e, portanto, esta cultura classifica-se como uma "cultura das imagens", que cumpriam o papel pedagógico e teológico de serem antípodas do "ídolo" pagão e da "idolatria" Antiga (SCHMITT, 2002). E essa aderência da Cristandade Latina, que era oposição à iconoclastia Bizantina e judaica (e, a *posteriori*, até islâmica), à iconodulia[5] (ressalte-se que não se trata de idolatria) desde a Alta Idade Média fez progredir conscienciosamente a produção imagética cristã nas representações divinizatórias, seja na Trindade, na Virgem Maria, nas caracterizações hagiográficas, etc. Tais imagens não buscam ser uma "representação" literal do que elas apresentam em si mesmas, ou seja, não podem ser analisadas como uma réplica da realidade telúrica, nem como uma mera auxiliar do texto que complementa, como se fosse um livro didático infantil, o que configuraria uma simplificação grave da compreensão histórica, senão que

> a imagem medieval não "representa" Deus, os patriarcas ou os santos, nem mesmo a vida contemporânea dos homens, embora o historiador das *realia* possa se beneficiar ao examiná-la de perto na sua busca de representações de arados, moinhos ou casas. A imagem medieval "presentifica", sob as aparências do antropomorfo e do familiar, o invisível no visível, Deus no homem, o ausente no presente, o passado ou o futuro no atual. Ela reitera assim, à sua maneira, o mistério da Encarnação, pois dá presença, identidade, matéria e corpo àquilo que é transcendente e inacessível (SHIMITT, 2002, p. 595).

E, por isso mesmo, a diferenciação básica do texto em si para a imagem é o fato de que o texto deve ser apreendido no que se propõe, dentro dos hábitos mentais compartilhados na cultura literária, enquanto a imagem não deve ser "lida", mas captada no sentido do ambiente em que foi posta, da posição e recepção de seus caracteres estruturados, e de suas relevâncias simbólicos-culturais, que só podem ser compreendidas na apreensão do contexto mesmo de sua produção e inserção.

A função social das imagens na Idade Média, ainda no ensejo de Schmitt, se adequava não só à questão de ser a "Bíblia dos iletrados" (concernindo à recomendação de manutenção das pinturas em templos, de Gregório Magno, em 600, ao bispo Sereno de Marselha). Em vários

[5] Adesão, no caso do catolicismo romano, à veneração de santos pelas suas imagens, em oposição à iconoclastia.

casos, as pinturas eclesiais estavam à parte do ambiente frequentado pelos leigos. Em verdade e principalmente, a autorização da confecção de pinturas, esculturas e iluminações em manuscritos se inseria na relação homem-Deus. A ordenação de feitura de obras cada vez mais veneráveis era uma forma de consagrar as riquezas à Deus – pois eram investimentos notáveis dos mosteiros – e de "adquirir méritos junto ao Juiz supremo e aos santos intercessores, de expiar um pecado ou simplesmente de se penitenciar por ter gostado em demasia dos bens deste mundo, dos quais uma parte era assim convertida para a salvação de sua alma" (SCHIMITT, 2002, p. 600). Por consequência, tendo por principal função honrar o Senhor, não seriam necessariamente apreciadas pelos fiéis e podendo ser guardadas como tesouros da Igreja, no que é atinente aos seculares livros de horas, estes podem adequar-se a essa categoria de modo homólogo, já que, antes de tudo, eram voltados à ligação do sujeito com Deus (ao honrá-lo despendendo gastos com tais peças) e à certa ostentação ante seus pares – não excluindo a possibilidade do fiel de fato acessar o livro para uso pessoal, o que cabe à primeira função deste mencionada acima. Ora, por isso mesmo, como afirma Mary Dawes,

> muitos da nova classe burguesa que poderiam adquirir um livro de horas provavelmente murmuravam [ao ler] pelos conteúdos do livro de orações sem entender completamente o que diziam. De qualquer forma, aparentemente, buscando receber os benefícios da salvação para si e/ou para os mortos, só precisaria falar as orações com a correta intenção (DAWES, 2005, p. 29, tradução nossa)[6].

Já ficando incitadas aqui características intrínsecas do livro de horas para a cultura medieval, partamos diretamente a eles, antes dos específicos.

O livro de horas e o campesinato tardo medieval

O livro de horas era uma obra devocional voltada à aristocracia laica, em detrimento dos membros eclesiásticos, e consistia em oito partes, comum, mas não obrigatoriamente nesta ordem: **1)** o calendário; **2)** as lições dos quatro Evangelhos; **3)** as Horas da Virgem; **4)** as Horas da Cruz e as Horas do Espírito Santo; **5)** as duas orações à Virgem Maria: *Obsecro te* e *O intemerata*; **6)** os Salmos Penitenciais e as Litanias; **7)** o Ofício dos Mortos; e **8)** numerosos Sufrágios dos Santos (DAWES, 2005, p. 5). Os livros de horas eram vistos como uma via mais

[6] Original: "Many of the new bourgeois class who could afford a Book of Hours probably mumbled through the contents of their prayer book without fully understanding what they were saying. However, it appears that in order to receive the benefits of salvation for oneself and/or for the deceased, one only had to say the prayers with the correct intention".

próxima e quase direta de conexão e devoção à Deus, integrando o processo que culmina na *Devotio Moderna*[7]. Idealmente, o leigo deveria lê-lo diariamente nas horas estipuladas pelo livro em si, mas crê-se que eram lidos apenas pela manhã, ou na missa (DAWES, 2005, p. 27). Apesar de, durante a Alta Idade Média, a produção de manuscritos ser monopolizada pela ordem clerical, por volta de 1300 já se é raro que estes sejam produzidos em um *scriptorium* de mosteiro, senão que os monges e ordenados os adquiriam, tais quais os laicos, em oficinas de artesãos especializados (DAWES, 2005, p. 7).

A ampliação da fabricação de manuscritos se consagrou no crescimento da vida urbana centromedieval e o surgimento das universidades, fatores dinamizaram vários setores sociais. Cópias então multiplicaram-se e baratearam, principalmente para estudo e consultas frequentes dos estudantes, ou para o público ouvinte das narrativas de cavalaria e relatos hagiográficos (FRÓES, 2013). Neste contexto, se "o livro é então funcionalizado mais como objeto ritual que como escritura" (ZUMTHOR, 2001, p. 113), o aumento do público rico de origem aristocrática urbana continuadamente "demandou produção sofisticada de códices iluminados e ricamente ilustrados. Eram eles em grande parte que encomendavam os livros de horas" (FRÓES, 2013).

O caso das imagens devocionais nos livros de horas, que delas eram recheados, é de grande interesse para não só compreendê-lo, mas inclusive àqueles a quem interessa adquiri-los:

> As imagens poderiam auxiliar o dono a se absorver e meditar com empatia. Elas forneciam o estímulo para que o observador se movesse ao reino do imaginário devocional, onde ele ou ela poderiam focar nas emoções da Virgem Maria e ter empatia por ela. Portanto, as miniaturas em livros de horas forneciam temas para contemplação e meditação, e, como tal, eram "orações pintadas" (DAWES, 2005, p. 30, tradução nossa)[8].

Ademais, o livro de horas, ainda na perspectiva de Vânia Leite Fróes, caracteriza-se como um tesouro (*thesaurus*), não só pela beleza, preciosidade, *status* e valor artístico, mas principalmente pelo papel de "arca" relativo à sociedade cristã. Era comum mesmo que uma família possuísse vários, e utilizasse somente um frequentemente, tendo ficado vários em ótimo estado para a posterioridade (DAWES, 2005, p. 27). O Livro funciona como uma enciclopédia

[7] Movimento histórico de espiritualidade "moderna" surgido no século XIV, cujo um dos principais expoentes é Tomás de Kempis (1380-1471) e sua *Imitação de Cristo*. A *Devotio* defende, comumente, pontos como acentuação emotiva; introversão/individualismo; moralismo exacerbado, etc.

[8] Original:"The images could assist the owner to become absorbed and meditate with empathy. The images provided the stimulus for the observer to move to the imaginary devotional realm where he or she could focus on the emotions of the Virgin Mary and empathize with her. Therefore, the miniatures in Books of Hours provided themes for contemplation and meditation, and as such they were 'painted prayers'".

medieval, na qual o tema da salvação surge em destaque de maneira perene, com apresentações de várias narrativas bíblicas e histórias dos santos – para relembrar, através de imagens, a salvação como via a ser sempre buscada (FRÓES, 2013). No caso do calendário, que será cá utilizado, geralmente surge previamente à seção litúrgica e devocional, com cada mês ocupando dois *folia* (DAWES, 2005, p. 31).

No caso do presente trabalho, serão analisadas, ainda que não extensivamente ou por completo, algumas imagens pertencentes ao *Livro de Horas, Uso de Roma*, de origem francesa, provavelmente Lyon, aproximadamente de 1510 e o famoso Livro de Horas *Très Riches Heures du Duc de Berry* (c. 1412-1416), datado do século XV. De vários encaminhamentos possíveis para um livro de horas, o que se objetiva aqui é a tentativa de se entender, apreendendo o contexto das imagens que os iluminam, um pouco dos aspectos sociais e ideológicos sobre a camada camponesa do Medievo – ou, caso assim prefiram, do alvorecer da Idade Moderna.

Primeiramente, no *Livro de Horas, Uso de Roma* têm-se nos primeiros *fólios* (1r-20v) as representações mensais e zodiacais, que, nas "folhas", possuem extravagantes desenhos laterais com diferentes flores, aves e arabescos. Além das letras dominicais, expressando os dias da semana. E, abrangendo grandes partes das "folhas", os dias dos Santos e festas litúrgicas de cada mês, já que comumente era mais fácil referir-se ao dia em questão pelo santo referido, em vez do número do dia, algo presente até os dias hodiernos, como ressalta Dawes:

> Os dias eram referidos pelos dias de festividades católicas, nos quais eram, geralmente, os dias de martírios dos santos, isto é, seus "aniversários" no céu. Além dos martírios dos santos, poderiam ser utilizadas outras importantes datas associadas a eles, tais quais as de deslocamento (ou transferência de suas relíquias). Mais que utilizar somente o sistema numérico, como um 3 de janeiro, o dia teria que ser referido como o dia de Santa Genoveva. Até mesmo em nossos dias fazemos o mesmo em certos dias do ano, por exemplo, o Dia de São Patrício, sabidamente, 17 de março[9] (DAWES, 2005, p. 31-32, tradução nossa).

Com a importância latente do cronograma eclesiástico no dia-a-dia das pessoas (de todos os estratos), é perfeitamente compreensível que, neste livro de horas, as festas litúrgicas de maior importância se encontram rubricadas (no caso, são escritas em tinta avermelhada).

[9] Original: "Days were denoted by Catholic feast days, which were usually the day of a saint's martyrdom, that is, their "birthday" into heaven. In addition to saints' martyrdoms, other important dates associated with the saint could be used, such as the dates of translation (or transference of their relics). Rather than using a numerical system, such as January 3, the day would have been referred to as Saint Geneviève's day. Even today we do the same for a few days of the year, for example Saint Patrick's Day is understood to be March 17".

Passemos às iluminações dos meses inseridas como nota-de-rodapé nos *fólios*, iniciando por Janeiro.

Figura 1 – Janeiro, fol. 1r.

Figura 2 – Signo de Aquário, fol. 1v

A representação do mês de Janeiro, conhecido por ser um período friorento e passageiro, pois é o fim do ano velho e início do novo, ressalta uma pausa nos trabalhos gerais. Comumente representa-se tal mês por Jano, deus do panteão romano, portador de uma túnica que cobre seu pescoço, simbolizador das transições. É necessário olhar para trás, apreciar os feitos, aprender com os erros, e preparar-se o mais rápido possível aos novos desafios que surgem. Em geral, as representações do mês do Signo de Aquário são uma amostra exemplar de como a cultura medieval foi capaz de "cristianizar" as representações vistas como pagãs pela perspectiva eclesiástica.

Figura 3 – Fevereiro, fol. 2r.

Figura 4 – Signo de Peixes, fol. 2v.

Fevereiro, regido pelo signo de Peixes, é o mês do descanso mais que necessário, pois o vindouro trabalho é incessante. As pessoas (aparentemente uma mulher e um homem) se recuam ao interior da casa sem intenção de dela sairem (um ambiente aparentemente humilde ou pelo menos não tão elitizado, tendo em vista a falta de ourivesaria e enfeites) se aquecem à lareira, com alimento e bebida para o auto-regozijo.

Figura 5 – Março, fol. 3r.

Figura 6 – Signo de Áries, fol. 3v.

Março é o mês no qual iniciam-se os trabalhos campesinos. Dois trabalhadores, com suas túnicas, chapéus e calçados propícios para o labor, dominam a força selvagem das videiras com suas próprias mãos. Há muitas, e o trabalho será longo, mas eles aparentam ser vigorosos o bastante para tal obra. Não à toa, são a força motriz econômica de uma Europa centromedieval, e precisaram se reinventar para reavivar uma Europa permeada em maior ou menor grau pela fome, peste e guerra, que viria a ser a do século XVI.

Figura 7 – Abril, fol. 4r.

Figura 8 – Signo de Touro, fol. 4v

Figura 9 – Maio, fol. 5r.

Figura 10 – Signo de Gêmeos, fol. 5v.

Abril e Maio, sucessivamente submetidos aos Signos de Touro e Gêmeos, são os meses de serena tranquilidade, distinta daquela inicial, que, paradoxalmente, urgia. É a época da colheita de flores, da apreciação de um momento no qual a natureza está "podada" pelo Homem, permitindo assim que se corteje, se ande a cavalo (tais ações se notam facilmente nas figuras 7 e 9), faça música. Após estes meses, encerra-se a Primavera e com ela a fase mais Bela do Ano Zodiacal.

Figura 11 – Junho, fol. 6r.

Figura 12 – Signo de Câncer, fol. 6v.

Em junho, volta-se à labuta. No clima de Verão, torna-se viável certo frescor no trabalho. E é o mês do início do retorno, pois é onde se dará o ponto de início do processo da colheita. Por isso, o camponês geralmente é representado, com suas foices, ceifando seus cereais (figura 11), torcendo para que o resultado seja profícuo. Buscando representações motivadoras, principalmente se se levar em conta o período conflituoso no qual se confeccionaram vários livros de horas, é raro vê-los em desgraça desenhada pelos artesãos especializados nesta arte de manuscritos.

Figura 13 – Julho, fol. 7r.

Figura 14 – Signo de Leão, 7v.

Figura 15 – Agosto, fol. 8r.

Figura 16 – Signo de Virgem, 8v.

Em Julho e Agosto, alcunhados sob Leão e Virgem, o processo se estende e finaliza. Com sorte e fortuna, a colheita será proveitosa e satisfatória. Curiosamente, o segundo plano das figuras 14 e 15 mostram ambientes diferenciados, não só com construções distantes, mas com várias casas campesinas próximas à região da colheita e debulha, provavelmente para o armazenamento dos cereais ser próximo dos senhorios já encelulados e organizados, facilitando sua vigília, proteção e utilização.

Figura 17 – Setembro, fol. 9r.

Figura 18 – Signo de Libra, 9v.

Figura 19 – Outubro, fol. 10r.

Figura 20 – Signo de Escorpião, 10v.

Figura 21 – Novembro, fol. 11r.

Figura 22 – Signo de Sagitário, 11v.

Respectivamente regidos por Libra, Escorpião e Sagitário, os meses de Setembro, Outubro e Novembro eram, posteriormente à colheita, dedicados a outros cuidados. Em meio a outras tarefas (como colher alimentos para os animais e assar pães e bolos, práticas comuns em outras iluminações), colhia-se as uvas dos cachos, e, depois de transportá-las (figura 17), as pisoteavam em grandes tonéis. Colhiam-se, também, bolotas (figura 21), para a alimentação e engorda dos animais.

Além do mais, usava-se a tração animal (figura 19), já bem conhecida e melhorada no baixomedievo, para arar a terra. Por isso, esses meses associavam certos ofícios do campo à práticas festivas e comemorativas (em longa duração, o Brasil é um notável e curioso herdeiro disso).

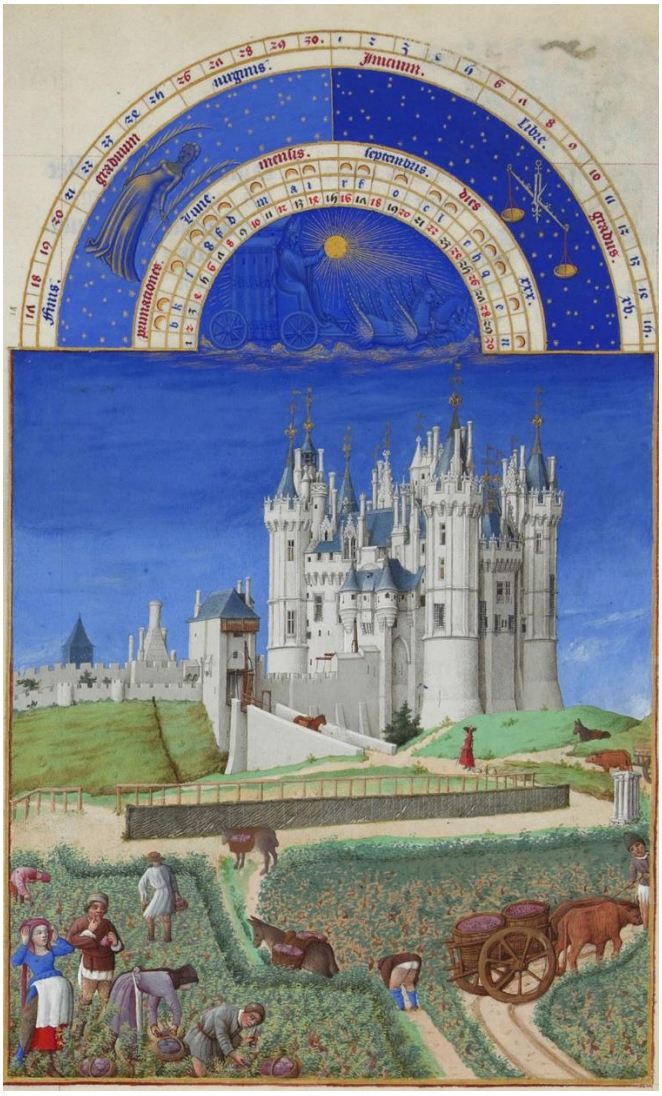
Figura 23 – Dezembro, fol. 12r.

Figura 24 – Signo de Capricórnio, 12v.

E ao fim do Ano e deste livro de horas, em Dezembro, orientado por Capricórnio, após o processo de enfatizada alimentação e preparação dos porcos, fazia-se o abate animal (figura 23). Em praticamente todas as representações dos meses e ofícios de cada um, é interessante ver como as áreas onde os camponeses trabalham são distantes do que parecem ser o manso senhorial, já que ao fundo têm construções de relevo, e a área onde eles laboram são uma espécie de ermo.

Encerrado-se a exposição principal, intenta-se comparar com algumas iluminuras percententes à outro famoso livro de horas, este do século XV, quiçá o principal deste século: o *Très Riches Heures du Duc de Berry*

Figura 25 – Setembro (*Très Riches Heures*).



O *Très Riches Heures du Duc de Berry* caracteriza-se pela forte presença do uso da tridimensionalidade, principalmente nos ambientes abertos. Os iluminadores investem na técnica de proximidade e afastamento, na qual, quanto mais distante do visualizador, mais a perspectiva do objeto em questão diminui ante ele. O mês de setembro, na iluminação dos irmãos Limbourgh – mas finalizada pelo iluminador Jean Colombe (1430-1493) –, traz, de modo semelhante ao *Livro de Horas, Uso de Roma*, a colheita das uvas, que eram de extrema importância no regime alimentar do homem medieval, desde o rei ao servo. Decerto, quem obra tais funções de plantio e colheita é o estamento do terceiro estado, que notavelmente extrai e empacota uma alta quantidade uvas em cestos. Para recolher as frutas, usa-se de um boi, que carrega cestas abarrotadas, além de mulas com balaios. Nota-se, na parte inferior, os camponeses em seu ofício. Dos oito camponeses em labuta, um guia o carro de boi, pelo menos cinco aparentam estar colhendo as vinhas, um homem parece ter descansado de seu trabalho para degustar algumas, levando-as à boca, e uma mulher, a julgar pelo abdômen avantajado,

encontra-se prenha, e talvez por isso não esteja trabalhando assiduamente como as que se encontram ao seu lado, e um, ao agachar-se, deixa mostrar suas partes inferiores e roupas de baixo. Ao fundo, uma nobre senhora está toda de vermelho, distinguindo-se sobremaneira do *ordo* servil (SILVA, 2017).

A quantidade e variedade de cores é um traço constante nesta iluminura, não tanto nos camponeses, com poucos detalhes coloridos, já que, em fato, são representados com vestes grosseiras e esfarrapada, senão que o próprio ambiente encontra-se colorido: tanto o céu anil quanto o chão em vinho, valorizando, acima de tudo, a colheita (SILVA, 2017).

Acima de todos eles, em outro plano (o astrológico), a regência se dá por Virgem, que dará seu posto, mais tardar, à Libra.

No último exemplo, decidi apresentar a iluminação do mês de Outubro, regido por Libra, ainda que com uma forte presença de Escorpião, que o regerá após o dia 22. Na parte superior, vê-se maiores detalhes quanto aos dias dominicais, fases lunares, nomes dos meses e signos, etc.

Na realidade telúrica, finalizada a colheita decisiva (apresentada na figura 25), essa era a época de preparação do solo. Ao cavalo, um camponês puxa uma grade de aragem para a preparação da terra. Em primeiro plano, um agricultor deposita as sementes que viriam a ser a esperança da próxima temporada. Para essa tarefa, era necessária a experiência dos mais velhos, tanto para não se depositar poucas sementes e ter estoque baixo no futuro, quanto para não haver desperdício destas. Peculiarmente, a imagem traz uma conotação um tanto famélica para o camponês, o que é incomum para as representações zodiacais do trabalho dos homens, pois, nestas obras, têm-se o trabalho servil como o sustentáculo principal de um reino, base e fundação sem o qual o resto das tarefas tornam-se impraticáveis. Ao fundo, nobres caminham e conversam, próximos à muralha e ao grande castelo que beira tampar o céu devido a sua magnanimidade.

Figura 26 – Outubro (*Très Riches Heures*).

Encaminhando-nos para o final do trabalho, resta um breve ponto, que é saber o que levou a camada rica dos nobres (nestes exemplos, especificamente franceses) a representarem os trabalhadores camponeses em seu cotidiano, sendo que, sabe-se, este era visto como um tosco, incapaz de elevar-se a um nível de complexidade decente, e nem era capaz de apreciar as coisas de fato boas da vida, muito menos o real amor cortês, como defendia André Capelão no seu *Tratado do Amor Cortês* (c. 1186):

> Para que não chegues a pensar que o que dissemos antes a respeito do amor entre os plebeus se aplica também aos camponeses, acrescentaremos algumas observações a respeito destes. Afirmamos que é perfeitamente impossível encontrar camponeses que sirvam na corte do Amor, pois eles são naturalmente levados a realizar as obras de Vênus como o cavalo e o mulo, que são ensinados pelo instinto natural. É que aos camponeses bastam os incessantes trabalhos da terra e os prazeres ininterruptos da lavoura e da charrua (CAPELÃO, [20--], p. 1].

Com efeito, desde os tempos antigos, em sociedades como a grega e romana, o trabalho manual era legado à margem da sociedade, de forma que era visto como algo desvalorizado,

pertencente aos cidadãos mais baixos e aos escravos, enquanto ao homem de *status* decente, lhe era visado o pensamento livre, as artes liberais, os deveres de cunho intelectual, em detrimento do ofício manual. Essa ideia, em uma longa duração, perdurou notavelmente na aristocracia europeia até depois da Idade Média[10].

Não obstante, tal permanência não se deu longe de rupturas, e nem o poderia. Desde, aproximadamente, a partir do século XI, dentro de círculos eclesiásticos, passou-se a valorizar a função manual do trabalho, em detrimento de legá-lo somente ao infortúnio e desgraça enviada por Deus, como se transparece no Gênesis 3:17-19: "o suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó e em pó te tornarás". De certa forma, o trabalho, mesmo que insatisfatório, seria uma das vias para agradar a Deus (*ora et labora*), e, por isso, se deveria passar a valorizá-lo, posto que é uma das funções básicas de organização das sociedades e de servir outrem. Hugo de São Vítor (1096-1141), professor e diretor do Mosteiro de São Vítor, foi um expoente intelectual de seu período. Em sua importante obra, *Didascalicon – A Arte de Ler*, reconhece de maneira inaugural as artes mecânicas como feitos de valor, honrosas e até salvíficas. No *Capítulo 5: Sobre a origem da teórica, da prática e da mecânica*, Hugo de São Vítor (2015, p. 34-35) inclui o labor manual (no próprio título) como um dos instrumentos pelos quais, ao serem aperfeiçoados pelo conhecimento e virtude, aperfeiçoam também a integridade humana, elevando-a para níveis superiores. E, sendo o corpo a parcela da substância humana perecível, o homem, "possuindo uma delas deve ser partícipe da mutabilidade, e tornando-se ligado à necessidade" (HUGO SÃO VÍTOR, 2015, p. 40).

Destarte, apresenta-se o aprofundamento nestas artes mecânicas, ao modo das liberais (*trivium* e *quadrivium*),

> em sete ciências: ciência da lã, das armas, da navegação, da agricultura, da caça, da medicina, do teatro. Três delas referem-se a elementos externos – vestimentas – pertencentes à natureza, e que propriamente serve para protegê-la de incômodos. Quatro delas tratam de elementos internos, pelos quais a natureza se nutre, curando-se e crescendo (HUGO SÃO VÍTOR, 2015, p. 87).

O próprio Hugo nota que, a despeito das artes liberais, as mecânicas encontravam-se, em tempos antigos, rechaçadas pelos nobres, que despendiam esforços apenas para os estudos intelectuais e "desembaraçados", enquanto restava "aos filhos dos plebeus e dos ignorantes só

[10] O próprio objetivo de alguns colonos portugueses no território americano era a possibilidade de que sua linhagem se tornasse aristocrática. Ora, apesar de (supostamente) não haver sangue judeu ou mouro em sua ascendência, o trabalho manual o impossibilitava de ascender hierarquicamente, cabendo ultrapassar tal critério somente a seus descendentes, que deveriam ter "pureza de mãos".

se tornarem peritos nas artes mecânicas" (HUGO SÃO VÍTOR, 2015, p. 88). Esta ciência que cabe à fabricação das coisas, afirma, classifica-se como "adulterina", não a destratando, mas porque sua feitura se dá somente por meio do homem como artífice, utilizando-se da natureza e sua forma, que já são dadas, para alterar seu meio (HUGO SÃO VÍTOR, 2015, p. 87-88).

Enfim, aventando uma compreensão do provável motivo da elaboração de representações dos camponeses em sua labuta, é notável como, por volta do início da Idade Média Central (sécs. XI-XIII), passa-se a se notar maior valor nos feitos manuais do que em períodos anteriores, principalmente no seio da Igreja – como na proliferação das catedrais e do "manto branco de Igrejas", segundo relata Raul Glaber (c. 985-1047) –, que certamente influencia (mesmo que não totalmente) os outros membros da cristandade.

Considerações finais

Não à toa optou-se pelo termo "Considerações finais" para dar cabo a este breve trabalho. Chamar este último tópico de "Conclusão" seria desonesto não só comigo, mas com o leitor, pois decerto aventaram-se aqui certos elementos que ainda dão margem a uma pesquisa mais direcionada, aplicada e com resultados mais conclusivos.

O que se buscou aqui foi justamente o apontamento da necessidade da compreensão do Tempo Médio de modo apreensivo. Como poder-se-ia entender o Medievo, no qual mais de 90% da população era analfabeta, sem a investigação das (auto)representações simbólicas e imagéticas que caracterizam sua "Arte"?

Vê-se que, conforme adentrou à Idade Média Central, dando cabo de várias guerras internas e eclosão do feudalismo como sistema, uma melhor condição financeira e até social vingou na Europa, e passou-se a valorizar trabalhos como catedrais, abundância material, alimentícia (sendo o início das diversas feiras e burgos), etc. Os pensadores, ainda que não igualando as artes mecânicas às liberais, já viam naquela já uma via aprazível para o homem, não à toa vários mosteiros pregavam uma mortificação por meio do trabalho manual e de um ascetismo perenes.

Os dois livros de horas apresentam visões até distintas, enquanto o *Livro de Horas, Uso de Roma* passa uma ideia mais amena do camponês, como se sua atividade rotineira fosse quase prazerosa, de tanto a conhecerem e a praticarem tão bem, já no *Très Riches Heures du Duc de Berry*, a perspectiva é, talvez, não tanto sofrível, mas imitadora da realidade: diferentemente dos nobres, sempre primorosos e elegantes, os iluminadores pintam os trabalhadores do campo

em sua realidade quase crua: vestes rasgadas, roupas de baixo à vista, cansados, mal-humorados, etc., como não há necessidade de vangloriar, mas somente representá-los, poucas razões havia para exaltar tais feitos artesanais. Como foi visto, de pouco em pouco valorizou-se mais o labor do campo, mas sempre em posições inferiores à outras artes, sem a menor dúvida. Poucos casos são os de uma ode pura e simples a seu trabalho. Trabalho este que é "inferior", para aquelas pessoas, pois associa ao que, apesar de útil, é o mais efêmero do homem, o corpo, vetor principal da prática do mal. Quanto ao teor astrológico presente de maneira contínua nas iluminuras tardo-medievais, penso que ajuda a compreender a própria dignificação do trabalho campesino: a limitação de sua função se encontra no fato de que, sendo essencialmente sublunar, ambiente das coisas geradas, os feitos dessa conjuntura são "temporais", totalmente guiadas e influenciadas pelos movimentos astrais (o "tempo"), supralunar e vinculadas às artes liberais, sendo o "inferior" este mundo sublunar, onde encontra-se "inconstância e confusão nas coisas nele presentes" (HUGO DE SÃO VÍTOR, 2015, p. 39-40). Enquanto os homens estão trabalhando de modo fugaz à terra, os astros são quase perenes, e, diretamente, influenciam o *lacrimarum valle* que é o mundo.

Por fim, neste eixo temático do trabalho agrícola e representação zodiacal, estas tão caras aos medievais, notou-se interessante utilizar o conselho de Bloch supracitado no início, do *ogro historiador*, para vasculhar este assunto nas iluminações de livros de horas, que, apesar de serem *best-sellers* medievais com estruturas quase idênticas, mostram distintos aspectos no concernente ao que toca o encomendador da obra – ou mesmo se ela foi comprada em um ateliê especializado, sem dedicatória especial; ao período de produção; ao foco que decide (re)apresentar. Por fim, que fique em relevo: é crucial analisar a Idade Média não só em variados escritos, e nem só por uma História da Arte, mas associando as Imagens em seu contexto e inserção produtiva, aliando-se aos textos escritos.

Referências bibliográficas

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CAPELÃO, André. Tratado do Amor Cortês. *In*: COSTA, Ricardo da. **Extratos de documentos medievais sobre o campesinato (sécs. V-XV)**. [*s. l.*]: Ricardo Costa, [20--]. Disponível em: <http://ricardocosta.com>. Acesso em: 25 ago. 2020.

COSTA, Ricardo da. **Entre Chartres e Amiens:** A vida cotidiana dos camponeses medievais na Arte (séc. XIII). [*s. l.*]: Ricardo Costa, [20--]. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/artigo/entre-chartres-e-amiens-vida-cotidiana-dos-camponeses-medievais-na-arte-sec-xiii>. Acesso em: 25 maio 2020.

DAWES, Mary. **An investigation into a French fifteenth-century Book of Hours**. 2005. Tese (Doutorado em Artes) – Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College, 2005. Disponível em: <https://digitalcommons.lsu.edu/gradschool_theses/2625>. Acesso em: 23 mai. 2020.

FRANCO JÚNIOR, H. Meu, teu, nosso: Reflexões sobre o Conceito de Cultura Intermediária. *In*:___. **A Eva Barbada**. Ensaios de Mitologia Medieval. São Paulo: Edusp, 1996. p. 31-44.

FRÓES, V.L. O Livro de Horas dito de D. Fernando - uma maravilha para ver e rezar. **Biblioteca Nacional Digital**, 2013. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-livro-de-horas-dito-de-d-fernando-maravilha-para-ver-e-rezar/>. Acesso em: 25 mai. 2020.

GROSSI, Paolo. **A ordem jurídica medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUGO DE SÃO VÍTOR. **Didascalicon – A Arte de Ler**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

INTERNET ARCHIVE. **Book of Hours, Use of Rome**. Disponível em: <https://archive.org/details/BookofHoursoftheRomanuse_18/mode/2up>. Acesso em: 25 mai. 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

SCHMITT, Jean-Claude. "Imagens". *In*: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. vol. 1. São Paulo: EDUSC, 2002.

SILVA, P. S. S. G. O profano no sagrado: representações da vida camponesa em Les Très Riches Heures du duc de Berry (século XV). **Mirabilia Ars**, n. 7, p. 46-69, 2017.

WIKIMEDIA COMMONS. **Très Riches Heures du Duc de Berry**. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/Tr%C3%A8s_Riches_Heures_du_Duc_de_Berry>. Acesso em: 25 mai. 2020.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**: A "literatura" medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.